

Presentes:

Membros do Conselho:

Adalberto Sabino – CORESAN Paranavaí; Adriane Leandro – SESA; Ana Carolina Pedroso de Almeida – IDR-PR; Célio da Silva Correa – CORESAN Cornélio Procópio; Cristielen Rizzon Massaroli – CORESAN Dois Vizinhos; Daniele Cristina Adão – SETI; Davi de Abreu Rocha – CORESAN Jacarezinho; Flávia Anastácio de Paula – CORESAN Cascavel; Gilmar Carlos Zampiva – CORESAN Ivaiporã; Jaciara Reis Nogueira Garcia – CORESAN Toledo; Janaira Moreira S. Berbel – CORESAN Campo Mourão; Kelly Franco de Lima – CORESAN Londrina; Luiz de Mauro – SUDIS; Maria Isabel Pereira Corrêa – CORESAN Ponta Grossa; Marcelo Inácio Stelmach – CORESAN União da Vitória; Márcia Cristina Stolarski – SEAB; Marli Terezinha Dalmolin – CORESAN Laranjeiras do Sul; Marilze Brandão de Assis – CORESAN Maringá; Maurício Barcellos Degelman – CORESAN Curitiba; Patrícia Chiconato – CORESAN Guarapuava; Rosangela Mara Slomski Oliveira – SEED/FUNDEPAR; Roseli Pittner – CORESAN Pitanga; Rozane Maristela Benedetti – CORESAN Paranaguá; Selfa Barbosa Vilela – CORESAN Cianorte; Tatiana Marin – CORESAN Apucarana

Outros Participantes: Lilian Azevedo Miranda – Sindicato Rural Patronal de Londrina; Rosemar Santos – COCAPAT Tamarana; Itamar Ferreira dos Santos – UEL; Guilherme Costa Ayache – SEAB/Apucarana; Aracele da Silva Prates – SEAB/Apucarana; Lucas Nogueira Carvalho – COPRAN; Dirlete Dellazeri – COPRAN; Nair Lucia Jung – SEAB/Londrina; Renata Fernanda Garcia – SEAB/Londrina; Amauri da Silveira – SEAB/DESAN Londrina; Claudio Zaca – SEAB/Londrina; Viviane Guimarães Moura Leite – Celíacos de Londrina; Beatriz Lourenço Nunes – Secretaria Municipal de Educação de Londrina; Amanda Costa – Secretaria Municipal Agricultura e Abastecimento de Londrina.

Justificativa de Ausências: nenhuma justificativa oficial registrada.

Pauta:

1. Abertura solene com mesa de autoridades
2. Ações de SAN no município de Londrina
3. Lei nº 13.351/22 – Regulamenta a prática de doação de alimentos por bares, restaurantes e afins, visando o combate ao desperdício de alimentos – Vereadora de Londrina, Sra. Lenir de Assis.
4. Palestra – Segurança Alimentar e Nutricional na perspectiva intersetorial no Brasil: cenário atual e perspectivas futuras – Ex-ministra do desenvolvimento Social/Sra. Márcia Lopes.
5. Marcos Legais e Conceituais em SAN – Secretário Executivo Valdenir Veloso Neto.
6. Políticas de SAN no Paraná – Márcia Stolarski.

7. Palestra – Ações de Segurança Alimentar na região de Londrina – Dra. Ana Flávia de Oliveira e Dr. Paulo de Tarso Carvalho – UTFPR Campus Londrina
8. Plenária CONSEA Paraná: reestruturação do CONSEA Paraná; Relato CPCE Brasília; Conferências de SAN 2023; informes DESAN, monitoramento do Plano de SAN 20-23.
9. Visita Técnica ao Banco de Alimentos da CEASA Londrina
10. Encerramento.

Memória: A abertura da plenária teve início com a composição da mesa de autoridades, sendo que se fizeram presentes a Chefia Regional da SEAB, a Gerência Regional do IDR, a Câmara de Vereadores de Londrina e a Presidência do Consea Paraná. Após a saudação das autoridades, o município de Londrina passou a apresentar as ações de SAN realizadas na cidade. Dando início à exposição, Beatriz Lourenço Nunes, nutricionista, conselheira e representante da equipe técnica de alimentação escolar da Secretaria de Educação, faz observações acerca das condições em que os alimentos chegam às mesas dos estudantes do município, devendo ser respeitadas suas diversidades culturais, bem como as técnicas sustentáveis do cultivo dos produtos. Adicionado a isso, devem ser respeitadas as legislações de proteção à criança, como a proibição de acrescentar açúcar à alimentação, destacando, ainda, que devem ser evitados os alimentos ultraprocessados, preferindo alimentos produzidos pela agricultura familiar de locais próximos. A profissional continua ao informar que deve ser seguida pelos profissionais da nutrição a Resolução nº 6/2020, que estimula o uso de alimentos in natura ou minimamente processados, primando por cardápios que forneçam os nutrientes necessários para a permanência do aluno na escola e que reforcem bons hábitos alimentares. Finalizando sua fala, a nutricionista Beatriz comenta que a alimentação na escola é fundamental na vida da criança. Em seguida é iniciada a apresentação de Amanda Costa, técnica da Diretoria de Abastecimento da Secretaria Municipal de Agricultura, explanando acerca das ações atuais do município, como o Programa Restaurante Popular, Programa Municipal de Agricultura Urbana e Periurbana, Feiras do Produtor, o Sistema de Inspeção Municipal (SIM), CONSEA e CAISAN. Direcionada a palavra para Viviane, técnica da mesma Secretaria, iniciou seu discurso acerca da Agricultura Urbana e Periurbana, que busca soluções de problemas sociais, ambientais e econômicos na cidade, incentivando a autonomia e qualidade de vida e promovendo economia, incentivo ao convívio comunitário, saúde psicológica, segurança alimentar e nutricional. Pontua que uma determinada comunidade pode entrar em contato com o município, para fazer, a título de exemplo, uma horta comunitária em um terreno baldio, onde antes havia despejo de lixo pela população. Após o cultivo, os produtos podem ser comercializados para adquirir outros subsídios ou auxiliar no sustento dos envolvidos, exercendo autonomia. Viviane informa que no município de Londrina há 58 hortas comunitárias e escolares. Explica ainda que muitas vezes a água utilizada nesse tipo de plantio não advém da Sanepar, mas de rios e minas, que podem estar impróprias, de forma que houve um novo projeto de proteção de minas, em um trabalho envolvendo diversos institutos, tanto de nível municipal quanto estadual. Dando prosseguimento, a técnica Amanda, inicia com a apresentação do SIM (Serviço de Inspeção Municipal), instituído pela Lei Municipal nº 6.220/1995, que deixou de ser administrado pela Secretaria Municipal de Saúde para ser conduzido pela Agricultura, conforme a nova Lei nº 13.454/2022. Amanda destaca que o setor de fiscalização sanitária dos alimentos continua a ser prestado pela secretaria anterior, sendo que somente a produção é vistoriada pela Agricultura, de modo a adequar a qualidade higiênico-sanitária dos alimentos e cuidados com o meio ambiente. Finalizando a fala das representantes da Secretaria Municipal de

Agricultura, enaltecem que o município está com a documentação pertinente para adesão ao SISAN, aguardando a publicação em Diário Oficial, o que pode levar até dois meses. Dando continuidade, a Senhora Vânia, enfermeira da Secretaria Municipal de Saúde, dispõe que é impossível falar de alimentação sem mencionar a saúde, sendo trabalhado nesta área a proteção, reabilitação e prevenção de doenças ligadas ao consumo de alimentos. Quanto a isso, existem diversas ações com relação à mulher que planeja ter filhos e à gestante, no intuito de instruí-las, no pré-natal, a consumir os nutrientes corretos para o desenvolvimento. Além disso, após o nascimento, existe o trabalho de diversos especialistas de áreas diferentes, com nutricionistas, pediatras e enfermeiros, sempre havendo instrução aos pais acerca da importância do aleitamento materno até os 02 anos. Há também um programa de fórmulas especiais designado às crianças que possuem complicações por alergias à proteína do leite. Quanto à criança, existe o trabalho do Saúde na Escola, programa Federal seguido em Londrina, que estimula a conversa sobre SAN dos pais e dos alunos com a escola. Coadunado a isso, o Crescer Saudável, programa inserido no Saúde na Escola, busca o diálogo com os pais de crianças que possuem sobrepeso ou desnutrição, visto que o combate a essas condições deve ser integral e em todos os ambientes, inclusive em casa. Ainda, comunica que há Grupos de Educação e Saúde, com iniciativas de hortas nas UBS's (Unidades Básicas de Saúde), tendo sido implantadas em 4 unidades até o momento, com objetivo de produzir PANCS (Plantas Alimentícias Não Convencionais). Por fim, pontua que o projeto Londrina em Forma, instrui a população a ter hábitos alimentares saudáveis e estimula a realização de atividades físicas. Prosseguindo a explanação dos cuidados de Londrina com a SAN, Adriana, assistente social da Secretaria Municipal de Assistência Social, dispõe que há três seguranças a serem garantidas, sendo elas: sobrevivência, convivência familiar e comunitária e autonomia. Quanto à sobrevivência, existe em Londrina um apoio de R\$ 250,00 (duzentos e cinquenta reais) denominado Transferência de Renda Municipal, para que seja complementada a qualidade de vida. O valor, explica, pode ser recebido por depósito bancário ou com cartão para ser utilizado em mercados participantes do programa. Quanto ao Compra Direta, a assistente social faz uma ressalva ao dizer que, embora benéfico, o município não possui local adequado para armazenar os produtos. Em relação à convivência familiar e comunitária, informa que o CRAS e CREAS têm trabalhado nesse intuito, mas que a utilização do espaço que era cedido aos trabalhos com a criança, adolescente e idoso é problemática, pedindo auxílio do Estado do Paraná. Quanto à autonomia, são ofertados cursos livres e existe a iniciativa da economia solidária, com grupos de comercialização da agricultura familiar do município. Finalizando sua fala, Adriana reforça que o CRAS e CREAS não possuem local adequado para armazenamento de alimentos em grande escala, incitando o conselho a elaborar estratégias para o problema. O Secretário Executivo Valdenir comenta que o Governo do Estado tem parceria com os municípios, e que o Paraná não irá investir ou ceder os alimentos para uma empresa privada realizar a distribuição dos mesmos, de forma que resultaria na ausência de controle por parte do Estado, e relembrando que o conselho deve ser fortalecido neste momento, tendo em vista os desmontes sofridos na política de assistência social nos últimos anos. O Secretário Valdenir agradece a presença das representantes de Londrina e passa a palavra a Lenir de Assis, vereadora pelo Município, que parabeniza as responsáveis pelas falas anteriores, lembrando que no dia anterior (08 de março), havia sido o Dia Internacional da Mulher, que conscientiza acerca de várias lutas e conquistas das mulheres, como o direito à fala utilizado na reunião, e agradecendo a presença de Márcia Lopes na reunião. Adentrando o assunto de sua exposição, passa a explicar a relevância da Lei 13.351/2022, que regulamenta a prática de doação de alimentos por bares e restaurantes, visando o combate ao desperdício de alimentos. Lenir explica que não se trata da comida deixada no prato, mas sim de preparos realizados e que não foram consumidos e que são despejados todos os dias no lixo. Aprofundando a investigação, alguns donos de restaurantes

já se esforçavam para doar os alimentos para alguns grupos específicos, como carroceiros e pessoas em situação de rua, não havendo ampla doação por receio de qualquer responsabilidade após o consumo. A Lei supramencionada, então, fornece uma proteção jurídica para que a parceria entre os restaurantes e as entidades receptoras de alimentos possa vigorar, faltando apenas um mediador, que deverá trabalhar diariamente e de forma rápida para transportar o alimento fresco que deve ser consumido no mesmo dia. Em síntese, busca aproximar os estabelecimentos de uma área específica da cidade para os órgãos que possam distribuir essas refeições excedentes. Explica que o art. 5ª da Lei 13.351/22 preceitua que a distribuição dos gêneros alimentícios arrecadados será feita diretamente pelas entidades receptoras da doação. Comenta acerca de um Projeto de Lei de nº 003/2023 que possibilita o fornecimento de alimentos da agricultura familiar, especialmente frutas e hortifrúti, à população de baixa renda, visto que, exemplificando, uma família pode ter acesso a outros programas, mas que pode gastar o dinheiro com remédio, faltando para a alimentação de qualidade. O Secretário Executivo abre espaço para questionamentos, sendo perguntado por Maria Isabel, da regional de Ponta Grossa, acerca da necessidade de cada município possuir uma lei deste tipo ou se é uma precaução exclusiva de Londrina para com a matéria, sendo respondida que a lei busca uma segurança jurídica para essas doações, adequada à realidade específica de Londrina. Dando continuidade, o Secretário Executivo apresenta a Senhora Márcia Lopes aos presentes. A ex-ministra do Desenvolvimento Social inicia sua palestra sobre SAN na perspectiva intersetorial no Brasil: cenário atual e perspectivas futuras. Em 1993, explica, houve uma caravana pelo Brasil para entender o motivo da fome no Brasil, um país continental, com solo e clima bons. A Constituição Federal de 1988 já preceituava todos os direitos que devem ser resguardados, mas que alguns governos específicos tendem a rasgar a carta magna, sendo coniventes com as necessidades do povo em favor do mercado. Afirma que o Segundo Inquérito Nacional de Insegurança Alimentar aponta a presença de 125.000.000,00 (cento e vinte e cinco milhões de reais) de pessoas com algum grau de insegurança alimentar, sendo 33.000.000,00 (trinta e três milhões) em grau grave. Vislumbrando isso, Márcia Lopes pergunta qual é o país que queremos, que compromisso ético/político nós temos? Explana que mesmo com leis e a Constituição, houve abandono das pessoas, sendo que foi necessário criar a lei de SAN e do PNAE. Inclusive, relata que com o primeiro mandato do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva foi retomada a atividade do CONSEA nacional, situação esta que se repetiu agora no terceiro mandato, em 2023. Márcia explica que a Constituição Federal possui as regras para as políticas públicas, sendo que dispõe acerca de suas espécies: setoriais, como saúde, educação, assistência social, esporte e agricultura, estas voltadas para uma determinada área, às redes próprias de serviços, e orçamentos independentes; e as intersetoriais, que cuidam de grupos específicos, como a criança, adolescente, idoso, pessoa com deficiência, LGBTQIAP+, povos e comunidades tradicionais, políticas essas que devem ser absorvidas por uma pluralidade de setores. Quanto a isso, ampliação do acesso à alimentação, fortalecimento da agricultura familiar, promoção dos processos de geração de renda, articulação, mobilização e controle social; que geraram o Bolsa Família, PAA, PRONAF e a Alimentação Escolar. Quanto ao plano do Estado do Paraná vigente até o fim de 2023, a ex-Ministra explicita que se trata de um plano muito bem feito tecnicamente, mas que a levava à dúvida, por não vislumbrar o que seria feito neste estado, com 399 municípios, em que dos 11.597.000,00 (onze milhões, quinhentos e noventa e sete mil) habitantes há 1.800.000,00 (um milhão e oitocentos mil) pessoas inscritas no Cadastro Único, sendo um grande número. Com base nestes números, há aproximadamente 516.000,00 (quinhentas e dezesseis mil) famílias em situação de extrema pobreza. Clarifica ainda que o número de inscritos no CadÚnico aumentou de 20.000.000,00 (vinte milhões) para 40.000.000,00 (quarenta milhões), de maneira que a desigualdade cresceu muito. Explica que o plano estadual deve ser acompanhado de um resumo técnico, com linguagem mais simples, para a

melhor compreensão e que desta maneira a política pública pode chegar até as pessoas. Em se tratando de uma política pública, deve-se haver uma rede de serviços, que é governamental e não governamental, que o Estado sozinho não possui capacidade de fazer todo o trabalho, devendo a parte não governamental seguir a Constituição e os planos federais, estaduais e municipais. Isto, elabora Márcia Lopes, é o CONSEA, em que há 2/3 de participação da sociedade civil. Quanto às perspectivas para o futuro, a realidade brasileira não mudará somente com os comandos do Presidente e dos Ministros, em decorrência da situação do Congresso, onde há deputados e senadores que não se dedicam à pauta de SAN. Dentre as prioridades futuras, Márcia Lopes enumera algumas medidas, como CONSEA nacional, estadual e municipal; atualizar o diagnóstico quantitativo sobre o sistema, o INSAN (Indicadores Nacionais de Segurança Alimentar e Nutricional), e sobre as políticas públicas. Menciona também publicações relevantes, como o trabalho de Ana Paula Bortoletto e Tereza Campello, *Da fome à fome*, com diálogos com Josué de Castro; e *Fome: como enfrentar a maior das violências*, de Camilo Vannuchi e Simone de Camargo, com fotos, cenários, depoimentos sobre a realidade do Brasil. A ex-Ministra finaliza dizendo que nada se repete, o mundo e a realidade mudaram, de forma que tudo deve ser construído novamente, como a CAISAN que não pode ser a mesma de dez anos atrás, sendo que deve ser estruturado o SISAN para seu pleno funcionamento, demonstrando a necessidade de fortalecimento dos CONSEA's, que devem ser os locais em que se trabalha diretamente com as autoridades a pauta da segurança alimentar. Iniciando o período da tarde, o Secretário Executivo Valdenir, apresenta os marcos legais e conceituais da segurança alimentar no país e a garantia do direito humano à alimentação adequada. Em prosseguimento, a Conselheira Márcia Stolarski discorre sobre as políticas públicas de segurança alimentar desenvolvidas pelo Governo do Estado. Após a apresentação de Márcia Stolarski, são chamados para fazer uso da palavra os doutores Ana Flávia de Oliveira e Paulo de Tarso Carvalho, expondo as ações de SAN promovidas pela UTFPR (Universidade Tecnológica Federal do Paraná) na região da grande Londrina. A Dra. Ana Flávia explica que há 16 (dezesesseis) anos existe um campus da UTFPR na região, onde são oferecidos diversos cursos, dentre eles o curso de Tecnologia em Alimentos, onde são docentes os dois doutores. O curso em questão forma um bacharel habilitado para trabalhar com competências e habilidades de planejar, implementar, administrar, gerenciar e promover, aprimorando a técnica e a tecnologia na área de alimentos, assumindo uma ação empreendedora em pesquisa e inovação com consciência de seu papel social. Na UTFPR, explica a doutora, existe um tripé formado por ensino, pesquisa e extensão, este último que, pela LDB (Lei de Diretrizes e Bases), deve ser oferecido em 10% da grade curricular, sendo que os cursos de sua universidade já foram remodelados para proporcionar a extensão necessária. Explica que, apesar da LDB, a UTFPR já realizava extensão, como no projeto em que ensinavam mulheres a fazer oficinas de doces, como compotas de frutas e doce de leite, com o intuito de, além de capacitar, promover que elas utilizem frutas que seriam descartadas, gerando comércio e trocas. Este projeto, explica, atendeu a uma grande demanda e terminou no fim do ano passado, tendo sido substituído para uma oficina de criação de temperos e pimentas que acontecerá na Casa da Mulher de Londrina, com número ainda superior de interessadas em comparação ao anterior. Elucida que o novo curso tem por objetivo o incentivo de produtos naturais para temperar alimentos, substituindo os temperos em cubo altamente industrializados. Outro projeto é o apoio tecnológico a produtores de queijo na região norte do Paraná, da professora Marli. Este projeto busca diagnosticar os problemas encontrados nas agroindústrias produtoras de queijo, contribuir com o desenvolvimento e melhoria na qualidade dos produtos. A professora desloca-se até o local da produção, explicita as boas práticas, realiza a coleta de dados para a análise microbiológica, melhorando a qualidade do produto. Ainda, existe a Coleta Seletiva Solidária em que se oferece oficinas de aproveitamento de partes não convencionais de alimentos, onde há um maior empenho

em ensinar a fazer produtos salgados como pães e farofas, sendo que a maioria de oficinas análogas trabalham muito mais com produtos doces, diversificando os conhecimentos. Além desses, a Doutora comenta acerca de outros programas, como o Segurança dos Alimentos, que consiste em uma avaliação da qualidade microbiológica de alimentos de origem animal e vegetal, que pode ser utilizado junto dos programas supracitados; elaboração de receitas à base de PANCS; e a verificação do estado nutricional dos alunos do campus de Londrina, aplicando-se o formulário do EBIA, estudando a possibilidade de o auxílio da universidade reforçar a segurança alimentar e nutricional aos contemplados. Passando a palavra ao colega, Doutor Paulo de Tarso, agradece o CONSEA por ceder o espaço para divulgar os projetos da universidade. Consonante a isso, o professor explica o papel que as universidades podem desempenhar para a SAN, estudando a qualidade dos produtos pertencentes aos diversos programas espalhados pelo Paraná, bem como a capacitação de pessoas para produção de alimentos como forma de geração de renda. Apresenta também o núcleo de extensão voltado para a capacitação de microempreendedores, com orientações quanto à rotulagem e embalagem, boas práticas de fabricação, legislação pertinente e adequações tecnológicas. Divulga o podcast *Alimento é o meu negócio*, que busca capacitar microempreendedores, tanto na área de gestão como na produção dos alimentos. Em pesquisas realizadas com os moradores de Londrina, o professor informa que 50% das pessoas têm a percepção de que se alimentam adequadamente, enquanto 29% acredita que come acima do normal e 10% que respondeu se alimentar menos do que deveria. Também foram perguntados acerca da qualidade nutricional, sendo que apenas ¼ das pessoas consideram que estão se alimentando adequadamente quanto à nutrição, enquanto o restante acredita se alimentar de forma desbalanceada. Perguntadas acerca da segurança do que consomem, a maioria afirmou ter a percepção de que comem alimentos seguros e que não oferecem riscos. As pessoas, ainda, tiveram que relacionar o conceito de segurança na alimentação a uma palavra, obtendo, em maioria, respostas como “saudável, variada e natural”. Por fim, mesmo tendo o recorte com pessoas que recebem mais, que estudaram mais, 50% das pessoas perguntadas preocupam-se com a alimentação constantemente. Encerrando sua fala, o professor reforça o papel que as universidades possuem com relação à elaboração das políticas públicas, sendo que a UTFPR está sempre de portas abertas para o diálogo e o estudo de casos. Em continuidade, dando início à plenária do CONSEA Paraná, a presidente Roseli Pittner procede à aprovação da pauta e ata da reunião anterior. Quanto à reestruturação do CONSEA Paraná, explica o Secretário Executivo Valdenir que houve ampliação do Conselho no ano de 2023 por parte do Governo do Estado. Clarifica que o Conselho passa a ter 39 conselheiros a partir da Conferência Estadual, sendo 13 representantes de órgãos públicos e 26 representantes da sociedade civil. A representação federal junto ao CONSEA Paraná será realizada pela Itaipu, substituindo a Universidade Federal do Paraná no posto, tendo em vista que existem no Estado mais Universidades Federais, não sendo adequado privilegiar somente uma delas com assento junto ao Conselho. O Secretário apresenta a nova lista de órgãos públicos, composta de: I - Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento - Seab; II - Secretaria de Estado da Justiça e Cidadania - Seju; III - Secretaria de Estado da Educação - Seed; IV - Secretaria de Estado da Saúde - Sesa; V - Secretaria de Estado do Desenvolvimento Sustentável - Sedest; VI – Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior – Seti; VII – Secretaria de Estado da Mulher e Igualdade Racial – Semi; VIII – Secretaria de Estado do Desenvolvimento Social e Família – Sedef; IX - Centrais de Abastecimento do Paraná S/A - Ceasa; X - Agência de Defesa Agropecuária do Paraná - Adapar; XI – Instituto de Desenvolvimento Rural do Paraná-IAPAR-EMATER – IDR-Paraná; XII - Companhia de Saneamento do Paraná – Sanepar; XIII – ITAIPU Binacional. Quanto aos 13 (treze) órgãos públicos que compõem o CONSEA, Valdenir comenta que houve reestruturação da Secretaria de Justiça, dividindo o órgão. De tal forma, foi necessário estudar as atribuições de cada uma das novas

secretarias criadas para verificar qual tem a pauta mais próxima das políticas de SAN. A UFPR e a SUDIS, informa o Secretário, farão parte do Conselho na qualidade de convidados permanentes, assim como já acontece com outras representações. Quanto à sociedade civil, explica que permanecem as 23 (vinte e três) regionais, havendo um desmembramento das representações dos povos originários: uma para os povos indígenas, uma para as comunidades quilombolas, e uma para os demais povos tradicionais, como faxinalenses, pescadores artesanais, ribeirinhos, entre outros, de maneira que o número foi aumentado para 26. Na sequência, a Presidente Roseli Pittner inicia os relatos da CPCE realizada em Brasília, no dia 28 de fevereiro. Informa que o Presidente da República, acompanhado de 18 ministros, assinou o decreto que atualiza o funcionamento do CONSEA e também uma medida que estabeleceu a criação da Câmara Interministerial de SAN, composta por 24 (vinte e quatro) ministérios, que possui o objetivo de articular as ações conjuntas. Roseli Pittner elucida que na fala do Presidente houve manifestação de que o CONSEA nacional representa o compromisso do governo e sociedade com o combate à fome, por uma alimentação saudável e agradeceu pela resiliência dos CONSEA's estaduais ao nunca desistirem da luta pela SAN na gestão anterior. Quando da realização da CPCE, o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva informou que insistiu pela permanência do CONSEA federal na pasta da Secretaria Geral da Presidência da República, atendendo, inclusive, a um pedido da Primeira-Dama, Janja Lula da Silva, para o retorno do Conselho, visto que foi conselheira estadual pelo Paraná. Quanto ao CONSEA nacional, explica que a Presidenta continua sendo Elisabetta Recine, e que o Conselho possui 79 membros. Quanto às mudanças, explica que a CPCE terá assento direto no CONSEA nacional, exercendo direito de voto. Ainda, a convite do Presidente da República, a CPCE participou do relançamento do Bolsa Família. Retomando a palavra, o Secretário Valdenir apresenta o calendário das plenárias e das Conferências de SAN 2023, clarificando a escolha das datas. Após exposição, o pleno aprova o calendário, sem objeções. O Secretário enaltece ainda que o Plano Estadual de SAN terá seu monitoramento apresentado pelos órgãos responsáveis pelas respectivas ações, sendo que o primeiro órgão a apresentar o monitoramento será a SEED/FUNDEPAR e, na sequência, a SESA. Em relação aos informes do DESAN/SEAB, a conselheira Márcia Stolarski discorre sobre os avanços e desafios encontrados na gestão do Programa Compra Direta Paraná. Já em relação ao PLC, a conselheira Márcia enaltece que está sendo elaborado um novo edital de credenciamento, de acordo com a nova lei de licitações, sendo ainda necessário definir os recursos totais que se fazem imprescindíveis para a execução do Programa. Em prosseguimento aos trabalhos, a conselheira Maria Isabel discorre sobre as ações realizadas pela volta do Consea nacional, denominadas “Banquetaço”, as quais ocorreram em diversas cidades do Paraná. Segundo ela, em Curitiba, a ação foi voltada para a população em situação de rua e também com a realização de debates sobre a soberania alimentar e a garantia do direito humano à alimentação adequada. A pedido da Conselheira, os materiais alusivos ao “Banquetaço” serão inseridos na página oficial do Consea Paraná. Encerrando os relatos regionais, a Conselheira Marilze apresenta as ações desenvolvidas junto aos municípios da Regional Maringá, relativos a adesão ao SISAN, bem como relata a conversa que teve com o CAOP Direitos Humanos do Ministério Público do Paraná. A Presidente Roseli Pittner agradece a presença de todas e todos, finalizando a plenária com o convite aos presentes para a visita técnica ao Banco de Alimentos da CEASA Londrina.

Subscreve a memória:

Valdenir B. Veloso NETO
Secretário Executivo CONSEA/PR
Agente Técnico Profissional SEAB